“Rio mais limpo da Europa” ameaçado por descargas de substâncias poluentes

24 de Agosto, 2015

A Associação S.O.S. Rio Paiva denunciou, ontem, a descarga de substâncias poluentes de uma ETAR neste curso de água, classificado como área protegida, e pediu medidas urgentes para que a lei seja cumprida.

“Em Vila Nova de Paiva, o rio Paiva foi transformado num esgoto a céu aberto, devido às descargas poluentes da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) diretamente no rio”, refere a associação, em comunicado, recordando que continua o desenvolvimento de projetos turísticos nesta área, sem que estejam resolvidos os problemas de poluição.

“Nos últimos meses, temos visto muitas imagens que retratam a beleza do rio Paiva, mas o ‘rio mais limpo da Europa’ está seriamente ameaçado por descargas poluentes realizadas pelas autarquias a montante de Arouca: Castro Daire e Vila Nova de Paiva”, critica a associação.

Em visita ao local, no sábado, a S.O.S. Rio Paiva verificou que o cenário no troço do rio Paiva a jusante da ETAR continua igual, “com cheiros nauseabundos”, tendo comunicado a situação ao Serviço de Protecção da Natureza da GNR e demais autoridades. Segundo o relato, o leito do rio está transformado num pântano de esgotos sem tratamento, dois quilómetros a montante de uma zona de lazer junto ao rio (Fráguas) frequentada por centenas de pessoas, situação que a S.O.S Rio Paiva considera “extremamente grave do ponto de vista da saúde pública”.

As primeiras denúncias de poluição do rio Paiva registaram-se em 2009, segundo a organização e, em 2011, a GNR fiscalizou a ETAR e confirmou a existência de descargas poluentes, tendo mais tarde “o Ministério do Ambiente confirmado a existência de problemas” no funcionamento daquela estrutura. Em dezembro de 2012, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) informou a associação S.O.S. Rio Paiva que “as análises realizadas ao efluente descarregado no Paiva cumpriam os valores de emissão legalmente previstos”.

O rio Paiva é um Sítio de Importância Comunitária da Rede Natura 2000 e o Estado português “tem a responsabilidade da sua proteção e conservação”, concluiu a organização.